



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**SEDESE/CONEDH - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos**

Ata

**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CONEDH/MG, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**PRESIDÊNCIA DE ROBSON SÁVIO REIS SOUZA**

Às 14h00, reúnem-se por meio de videoconferência pela plataforma Microsoft Teams em sessão plenária ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONEDH/MG, doravante identificado CONEDH/MG, os (as) conselheiros (as): Estefane Rodrigues de Souza Nogueira representando a Aliança Nacional LGBTI+; Everson Alcântara Tardeli representando a Comissão da Verdade dos Trabalhadores do Movimento Sindical em Minas Gerais – COVET/MG; Fernando Gonzaga Jayme representando a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Gilson Rodrigues Rosa representando a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Gregory Rodrigues Roque de Souza representando a Aliança Nacional LGBTI+; Maria do Carmo Teixeira Costa representando o Conselho Regional de Psicologia – CRP; Natália Cristina da Costa Pérpetuo representando a Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBESP/SEDESE; Pablo Friche da Matta Machado representando Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais - SJPMG; Priscila Zacarias representando a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Renato Augusto Dores Fonseca representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP; Robson Sávio Reis de Souza representando a Pontifícia Católica de Minas Gerais – PUC Minas; Vânia Lúcia de Almeida representando a Secretaria de Estado de Educação – SEE; Wagner Dias Ferreira representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais – OAB/MG; Wanderson Cordeiro da Silva representando o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG e Wellington Marçal de Carvalho representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – SINDIFES. **I – Verificação de quórum:** Às 14h43, o presidente Robson Sávio verifica o quórum simples. Havendo número regimental, dar-se início à plenária. **II - Apresentação da justificativa dos conselheiros ausentes:** Antônio Hot Pereira de Faria representando a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Aylton Rodrigues Magalhães representando a Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Camila Aniceto de Oliveira representando a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SUBPOD/SEDESE; Danielle Rodrigues Domingues representando a Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBDH/SEDESE; Rayanne Batista Rocha representando a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Rosa Maria dos Santos representando a Secretaria de Estado de Saúde – SES e Vanessa Maria Tavares da Silva representando a Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBDH/SEDESE O Presidente Robson Sávio abre a reunião cumprimentando a todos os presentes. Faz a leitura da pauta e inicia os comunicados sobre a **1) 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos:** aconteceu em Brasília entre os dias 10 a 12 de dezembro. O presidente do Conselho e os conselheiros Ary Fernando, Natália (ponto focal da comitiva de Minas Gerais), Priscila Zacarias, Wagner, Gregory e Wellington estiveram presentes. Considerou muito organizado o evento diante de tanta diversidade, com a representação de movimentos das mulheres, muitas etnias indígenas, comunidade afrodescendente e de gênero e com a presença significativa de transexuais e travestis. Conta que o evento contou com a presença do Presidente Lula, a Ministra Macaé Evaristo, o Ministro das Relações Exteriores, como outros secretários executivos de outras pastas ministeriais. Explica que na sexta-feira à tarde foi a aprovação das propostas e moções. O conselheiro Fernando Jayme parabeniza a comitiva que foi ao 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e fala sobre a articulação e preparação para reunião de um comitê nacional tratar da questão indígena. Explica que é um comitê interessante que reúne as entidades da administração da justiça. Contou com a presença dos Xacriabá denunciando a situação que estão vivendo. Foram destaque o cacique Domingues e a Deputada Célia Xacriabá. Esse trabalho foi feito em parceria com o Comitê de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos diante da perseguição das lideranças do povo Xacriabá. Relata que,

como representante da sociedade civil do CONEDH, esteve na entrega do plano do **Pena Justa** e votou contra a aprovação do plano. Justificou e fundamentou o seu voto. Disse que existe uma previsão orçamentária que ainda precisa incluir outras despesas com estimativa de 8 bilhões de reais sendo que, o orçamento do Estado foi aprovado com um déficit de 5 bilhões de reais. Avaliou as leis do plano plurianual e orçamentário para sua decisão. Reflete que “se não se constrói cidadãos, constroem-se prisões”. O Presidente Robson Sávio parabeniza a participação dos conselheiros Fernando Jayme e Valdênia no Projeto Pena Justa. Considera o voto do conselheiro qualificado e diz que fez questão que a Presidência do CNJ soubesse desse voto que impacta nas questões de violações de direitos humanos. A conselheira Natália agradece e avalia como positiva a Conferência Nacional de Direitos Humanos e todos os membros que participaram. **2) Comissão para acompanhamento e implementação das deliberações da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos:** São três membros indicados pela SEDESE e três membros indicados pela sociedade civil (conselheiros Gregory, Wagner, Wellington – este último que aguardará a finalização do processo de eleição para cadeiras da sociedade civil no CONEDH). Caso o SINDIFES não seja eleito, a conselheira Priscila assumirá o lugar do conselheiro Wellington, além do Presidente Robson Sávio presidindo a Comissão. **3) Aprovação da ata de novembro:** a ata foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. O Presidente Robson Sávio pede que seja registrado em ata um agradecimento a todos os conselheiros, Secretária Executiva Sirlene com a equipe (Walter, Adriana, Shelen, Marisa e Dilma) e considera que foi um ano muito importante com a realização da Conferência Estadual. Faz agradecimentos às conselheiras e equipe da SEDESE, ao conselheiro Fernando Jayme como vice-presidente, ao conselheiro Everson pela mediação junto ao Memorial de Direitos Humanos junto com os conselheiros Pablo e Wagner. Registra a parceria com o SINDIFES e seus conselheiros Cristina Del Papa e Wellington, principalmente nos custos com materiais usados na Conferência Estadual de Direitos Humanos. Agradece à conselheira Maria do Carmo que já anunciou que se despede do Conselho. **4) Informes Eleição sociedade civil:** o conselheiro Fernando Jayme agradece à SEDESE, à Secretaria Executiva do CONEDH por elaborarem todos os procedimentos para a eleição da representação da Sociedade Civil no Conselho. Informa que a primeira etapa de habilitação e a segunda etapa de julgamento dos Recursos foram realizadas e justifica que a única exceção de impedimento à participação no pleito é do MNDH, pelo fato de ele fazer parte do Conselho Fiscal do Movimento. Conta que uma das cadeiras é exclusiva para a diversidade sexual e as outras três para entidades da sociedade civil. Cada entidade tem direito a um voto. O conselheiro Everson sugere para uma próxima eleição que seja revisto que as entidades candidatas possam exercer mais do que um voto. Pede que todas as entidades candidatas recebam a relação das entidades votantes aptas para o voto para que possam fazer campanha junto a elas. O Presidente Robson Sávio diz que a partir desse pedido do conselheiro Everson, as seis entidades inscritas teriam de maneira isonômica direito à informação. Já existe um extrato com as entidades habilitadas que foi publicado no jornal “Minas Gerais”. O conselheiro Fernando Jayme explica que o Edital deixa claro que somente as entidades habilitadas às candidaturas terão direito ao voto e não há habilitação de outros eleitores com direito ao voto e o que faltou foi maior divulgação do Edital para que outras entidades se inscrevessem. O Conselheiro Everson conclui que então será pela entidade mais antiga que será o desempate e questiona o Edital que não incluiu as entidades da sociedade civil no processo eleitoral. O Presidente Robson Sávio sugere que nas próximas eleições atente-se às ponderações do Conselheiro Everson, porque acredita que quanto mais diversidade, pluralidade e conjunto de eleitores, mais legitimidade terão das representações. O conselheiro Everson questiona se todas as entidades que se inscreveram como candidatas, se inscreveram como eleitoras. O conselheiro Fernando Jayme diz que é uma questão automática, a inscrição na candidatura conduzia a inscrição como eleitor. E a metodologia da eleição mudou e serve como reflexão para outros editais. A Secretária Executiva Sirlene informa que foi encaminhado para todas as entidades documento sobre a habilitação delas através de e-mail automático. O CONEDH ficará monitorando o sistema de eleição acompanhando a votação das entidades. O Conselheiro Wagner considera fundamental que nas próximas eleições se garanta o voto das demais entidades da sociedade civil que fazem parte do Conselho **5) CEIVIT - Comissão Especial de Vítimas de Tortura:** O Presidente Robson Sávio diz que a análise dos pedidos de indenização de vítimas de tortura ainda não finalizou. Informa que a coordenadora Caroline Cunha Rodrigues não estará mais na coordenação no ano que vem. Elogia as várias atividades exercidas por ela ao longo dos últimos anos não somente na coordenação competente da Comissão, mas no trabalho zeloso de cuidado com todos os processos, atendimento a vítimas e familiares, produção de relatórios sistemáticos para o Conselho e em outras políticas de memória e verdade que estiveram sob sua responsabilidade. Agradece, também, os membros da CEIVIT. Informa da necessidade de o Conselho priorizar em 2026 o encerramento das petições de

indenização e que será necessário fazer a recomposição da Comissão para dar continuidade aos trabalhos. Informa que ainda não foram publicados os extratos das deliberações realizadas referente aos anos de 2024 e 2025, mas que isso será encaminhado ainda neste ano. O conselheiro Fernando Jayme também agradece o trabalho realizado pela Caroline Cunha Rodrigues e fala da importância de retomar com comprometimento os trabalhos da CEIVIT. O conselheiro Wellington pergunta se necessariamente tem que ser da área do direito e o Presidente Robson Sávio responde que não precisa ser da área do direito para compor a Comissão Especial de Vítimas de Tortura. **6) Publicação do relatório da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos:** O Presidente Robson Sávio informa que o SINDIFES está com a responsabilidade de imprimir o Relatório sobre a 5ª Conferência e a conselheira Vanessa fazendo uma última revisão. Após a impressão, será distribuído este registro entre entidades e pessoas interessadas. Pede aos conselheiros que indiquem instituições que possam receber este material. **7) Relatório anual do CONEDH:** o Presidente Robson Sávio explica que é um compilado de todas as atividades/ações desenvolvidas durante o ano e é uma devolução à sociedade do trabalho que é realizado pelo Conselho. Conta que os conselheiros Everson e Pablo estão fazendo um relatório sobre a ocupação do Memorial de Direitos Humanos e este será anexado como atividade como também fez um pequeno relatório sobre a 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos. Pede aos conselheiros Natália, Priscila e Wagner que elaborem uma síntese sobre a 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e a participação da delegação de Minas Gerais no evento. O conselheiro Fernando Jayme encaminhou o relatório sobre o “Pena Justa” para ser incluído. O Presidente Robson Sávio sugere que seja publicado em fevereiro. A Secretária Executiva Sirlene disponibilizará o link para todos os(as) conselheiros(as) para comentários e caso tenha algo a acrescentar, encaminhar para ela por “*whatsapp*” ou “*e-mail*” para ser anexado. Pede aos conselheiros que verifiquem e encaminhem todas as participações, eventos e representações pelo CONEDH ao longo do ano. O conselheiro Wagner sugere colocar como anexo as portarias interministeriais e projetos de lei assinados pelo Presidente Lula na 13ª Conferência Nacional. Pede ao conselheiro Wellington que insira no relatório com os portaria e links que são responsáveis sobre o tema. **8) Informes:** a) próxima reunião fica agendada para o dia 12 de fevereiro, virtualmente, às 14 horas; b) Conselheiro Wellington informa que o Projeto de Lei 229 (Inserção da musicoterapia como terapia na rede pública municipal de saúde), que tramita na Câmara Municipal de Belo Horizonte foi aprovado por unanimidade em primeiro turno, mas terá que tramitar em segundo turno por uma questão de retirar uma emenda. Já passou por 4 ou 5 comissões e agora vai para apreciação do plenário; c) Conselheira Maria do Carmo informa que participou de Assembleia ordinária do Projeto de Luta antimanicomial e o CONEDH tem duas tarefas para realizar e repassará as atividades à Secretária Executiva Sirlene. Conta que estão sendo feitas leis e decretos com intuito de atender as dificuldades dos municípios; d) Conselheiro Pablo informa que a ação civil pública do Ministério Público Federal em relação à implementação do Memorial de Direitos Humanos está sendo cobrada. Que os movimentos sociais que ocupam o Memorial entraram com uma denúncia no Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU em relação ao descaso da situação do prédio e seguem com as atividades que contam com grande demanda de excursões para visitas guiadas no Memorial que encerram na primeira quinzena de dezembro. Seguem com as atividades e visitas mediadas e movimentos sociais nesta virada de ano. Convida todos para a exibição de um documentário sobre os trabalhadores da Minas Morro Velho em Nova Lima, às 19 horas, no Memorial de Direitos Humanos. Todas as atividades no Memorial são gratuitas, mas aceitam doações via pix, de itens de limpeza e higiene. **9) Sistema prisional: reativação da Comissão de Monitoramento (conselheira Valdênia):** pauta ficou para a próxima reunião em fevereiro. **Encaminhamentos:** 1) Comissão para acompanhamento e implementação das deliberações da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos: três membros da SEDESE (já definidos pela Secretaria e comunicados ao Conselho via Ofício) e três membros do Conselho (conselheiros Gregory, Wagner, Wellington - caso o SINDIFES não seja eleito, a conselheira Priscila ocupará a vaga); 2) Aguardando a impressão do relatório da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos pelo SINDIFES para distribuição junto às entidades e pessoas; 3) Relatório anual do CONEDH: aguardando partes para incluir no relatório dos conselheiros Natália, Priscila, Wagner (13ª Conferência Nacional), Everson e Pablo (Memorial de Direitos Humanos), adicionar relatório Pena Justa; 4) Indicação pela SEDESE para coordenação da Comissão Especial de Vítimas de Tortura – CEIVIT e formação de membros para a Comissão; 5) Aprovada previamente a ata de dezembro para que possam dar prosseguimento à Comissão de monitoramento da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos; 6) Secretária Executiva acrescentar no relatório anual do Conselho algumas notas publicadas no Facebook do Conselho; 7) Adiada para a próxima reunião a pauta sobre sistema prisional. **Encerramento:** Cumprida a finalidade da reunião, a presidência procede ao seu encerramento, às 16h:15. Eu, Shelen Rodrigues

Sudario da Silva, Masp. 342.890-1, lotada na SEDESE/DAOCDH/CONEDH, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada, será assinada.



Documento assinado eletronicamente por **Gregory Rodrigues Roque de Souza, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estefane Rodrigues De Souza, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Marçal de Carvalho, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Sávio Reis Souza, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Rodrigues Rosa, Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da Polícia Civil**, em 06/01/2026, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Dias Ferreira, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PABLO FRICHE DA MATTA MACHADO, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Lúcia de Almeida, Servidora Pública**, em 06/01/2026, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EVERSON DE ALCANTARA TARDELI, Usuário Externo**, em 07/01/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gonzaga Jayme, Usuário Externo**, em 07/01/2026, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Zacarias, Assessor(a)**, em 14/01/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wanderson Cordeiro da Silva, 2º Tenente**, em 15/01/2026, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karla Ribeiro da Silva**, Assessor(a), em 23/03/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **130559818** e o código CRC **18C273B0**.

---

**Referência:** Processo nº 1480.01.0000917/2025-37

SEI nº 130559818